

§ 1º A matrícula como aluno (a) especial é facultada aos portadores de diploma de graduação que não estejam registrados como alunos regulares dos demais programas de pós-graduação stricto sensu na UnB;

§ 2º A matrícula somente poderá ser feita em disciplina com existência de vaga, após o atendimento dos alunos regulares de pós-graduação da UnB e o consentimento do professor da respectiva disciplina;

§ 3º É vedada a matrícula de alunos especiais em disciplinas obrigatórias;

§ 4º Ao aluno (a) especial será permitido aproveitar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos créditos do curso em caso de aprovação no Mestrado.

## Título IV – Organização Didática do Curso

Art. 13 - A estrutura curricular do Curso de Mestrado em Ciência Política compreende um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos, sendo 4 (quatro) em disciplinas obrigatórias do Mestrado, 4 (quatro) em disciplinas obrigatórias da área de concentração e 16 (dezesesseis) em disciplinas optativas ou de domínio conexo.

§ 1º As disciplinas optativas ou de domínio conexo serão selecionadas pelo(a) aluno(a) de comum acordo com seu professor(a) orientador(a).

§ 2º O (a) aluno(a) não poderá completar o curso de Mestrado em prazo inferior a 2 (dois) períodos letivos regulares e nem superior a 4 (quatro) períodos letivos regulares. Em casos excepcionais, poderá ser concedido prazo adicional ou reduzido o prazo mínimo por período não superior a um semestre letivo regular, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 14 - A estrutura curricular do Doutorado constará de disciplinas obrigatórias e optativas, em um total de 40 (quarenta) créditos, assim distribuídos: 24 (vinte e quatro) créditos da grade curricular do mestrado, acrescidos de 4 (quatro) créditos em disciplinas obrigatórias e 12 (doze) créditos em disciplinas optativas. Parágrafo único: o(a) aluno(a) não poderá completar o curso de Doutorado em prazo inferior a 3 (três) períodos letivos regulares e nem superior a 8 (oito) períodos letivos regulares. Em casos excepcionais, poderá ser concedido prazo adicional ou reduzido o prazo mínimo por período não superior a um semestre letivo regular, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15 - As disciplinas e o número de créditos dos cursos de Mestrado e Doutorado poderão ser alterados por recomendação da Comissão de Pós-Graduação (CPG/IPOL), com aprovação do CCPG/IPOL e homologação da CPP.

Art. 16 – O(a) aluno(a) do Mestrado deverá concluir todas as disciplinas até o final do terceiro período letivo regular.

Art. 17 - O CCPG/IPOL poderá autorizar o aproveitamento de disciplinas cursadas em Programas de pós-graduação stricto sensu, até o limite de 70% (setenta por cento) dos créditos em disciplinas exigidas para o curso.

Art. 18 - A Comissão de Pós-Graduação designará, até o primeiro dia de aula do primeiro período letivo regular, em caráter provisório, um(a) professor(a) orientador(a) para cada estudante recém admitido.

Art. 19 - Até o final do primeiro semestre letivo do curso, o(a) aluno(a) deverá submeter à aprovação da Comissão de Pós-Graduação a indicação do nome do(a) seu(sua) orientador(a) definitivo(a), escolhido dentre os professores do curso credenciados para orientar dissertações de Mestrado e teses de Doutorado em Ciência Política.